

Campanhas de conscientização projeto setembro: uma proposta interdisciplinar para educação especial

Awareness campaigns September project: an interdisciplinary proposal for special education

Paula Regina da Silva Duarte¹, Stenio de Brito Fernandes², Francisca Darlice de Andrade Silva³

¹ <https://orcid.org/0009-0003-8777-5027>, Secretaria do Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte, paulinhadasletras2008@gmail.com , ² <https://orcid.org/0000-0001-6300-9561>, Secretaria do Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte, ³ <https://orcid.org/0009-0001-4254-9259>, Secretaria do Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a educação inclusiva é um direito de todos, segundo o artigo 205 e 208 da Constituição Federal de 1998 e que beneficia a todos com e sem deficiência. Este artigo tem como objeto estudar uma proposta interdisciplinar para modalidade da educação especial envolvendo as campanhas de conscientização do mês de setembro dentro do ambiente escolar. A pesquisa é de abordagem bibliográfica de natureza qualitativa com finalidade intervencionista. Como resultado do levantamento bibliográfico, a pesquisa apresentou uma proposta de projeto interdisciplinar para educação especial, não com o intuito de apresentar uma receita pronta e acabada, mas como fonte de inspiração e com o anseio de contribuir com práticas didáticas para educação especial a partir de uma perspectiva interdisciplinar e significativa para os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem em um contexto de inclusão. Por fim, compreendemos que partilhar práticas didáticas inclusivas se faz relevantes a partir de uma abordagem interdisciplinar que potencialize e contribua com a inclusão e a diversidade que se põe cada vez mais presente na atual conjuntura de uma educação de qualidade e democrática.

Palavras-chave. Educação Especial; Interdisciplinaridade; Conscientização; Projeto setembro.

ABSTRACT

Based on the premise that inclusive education is a universal right, according to articles 205 and 208 of the 1998 Federal Constitution, and that it benefits all individuals, both with and without disabilities. This article examines an interdisciplinary proposal for special education involving September awareness campaigns within the school environment. The research uses a qualitative bibliographic approach with an interventionist purpose. The result of the literature review is a proposal for an interdisciplinary project for special education. This proposal is not intended to present a ready-made formula, but rather as a source of inspiration and with the aim of contributing to teaching practices for special education from an interdisciplinary perspective that is meaningful to those involved in the teaching-learning process within an inclusive context. Finally, we understand that sharing inclusive teaching practices becomes relevant based on an interdisciplinary approach that enhances and contributes to the inclusion and diversity that is increasingly present in the current context of quality and democratic education.

Keywords. Special Education; Interdisciplinarity; Awareness; September Project.

1. INTRODUÇÃO

A educação especial como modalidade de ensino voltada para alunos com deficiência se inclui num conceito mais amplo de educação que é a educação inclusiva a qual acolhe todos os alunos, cujo objetivo é alcançar uma educação de qualidade e democrática. Pintor (2022) acredita que a construção de uma educação inclusiva exige a implementação de um modelo educacional que vise o respeito à diversidade humana, reconhecendo nas diferenças oportunidades de enriquecimento do conhecimento.

Entretanto, a história mostra que durante muito tempo alunos com deficiência eram segregados da sociedade e do ambiente escolar. Somente no final do século XX, com a Constituição de 1988, a Declaração de Salamanca em 1994 e a aprovação da LDB em 1996 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), 2015, é que passa a discutir uma educação inclusiva que possa garantir o acesso à educação de todos, que respeite as necessidades e diferenças de cada um.

Em 2003 é implementado o Programa Educação Inclusiva pelo MEC e em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Contudo, grandes ainda são os desafios que a educação especial encontra no contexto escolar, em especial pelo longo histórico segregacionista que ainda se faz presente no imaginário da sociedade.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo estudar uma proposta interdisciplinar para modalidade da educação especial envolvendo as campanhas de conscientização do mês de setembro dentro do ambiente escolar. A proposta interdisciplinar visa envolver os seguintes componentes curriculares de Língua Portuguesa, História, Arte, Matemática e Ciência e as diversas campanhas de conscientização do projeto setembro.

A pesquisa é de abordagem bibliográfica de natureza qualitativa com finalidade intervencionista. Para isso, nos debruçamos sobre estudos que versam sobre educação inclusiva e interdisciplinaridade. Recorremos a autores como: Garcia e Beaton (2004), Brandenburg elückmeier, (2013) e Mantoan(2011), que tratam de educação inclusiva. Já sobre interdisciplinaridade corroboramos nos estudos de Fazenda (1979), (2008a), (2008b), Thiesen (2008) e Silva, Cordeiro e Rocha (2017) dentre outros.

Considerando todo o histórico que envolve a educação inclusiva no Brasil e os desafios que ela ainda enfrenta nas instituições de ensino apesar das leis já

existentes, este trabalho se faz necessário porque busca contribuir com a discussão sobre a educação inclusiva e visa apresentar uma proposta interdisciplinar passível de aplicação em instituições públicas e privadas de ensino, mais do que uma proposta, nosso intuito não é divulgar um roteiro de projeto definitivo, mas inspirar, despertar novas intenções de inclusão nas práticas docentes, é abrir novos diálogos e reflexões sobre educação inclusiva e práticas de ensino, ou seja, contribuir com a educação inclusiva de qualidade e democrática.

Este artigo encontra-se organizado em quatro seções: na primeira apresentaremos a interdisciplinaridade no contexto da educação. Na segunda refletiremos sobre Educação Especial e seus desafios: um breve histórico ao logo do tempo. Na terceira seção abordaremos a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, nº 13.146/2015: a garantia de direitos para as pessoas com deficiência. Na quarta e última seção discutiremos a Campanhas de conscientização: uma proposta interdisciplinar para educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

2. MÉTODO

Etmologicamente a palavra interdisciplinaridade advém do *latim*, o prefixo “*inter*” significa entre, enquanto disciplina se refere a um ramo específico do conhecimento, logo interdisciplinaridade remete ao entrelaçamento de conhecimentos específicos ou disciplinas para compreensão de um conhecimento mais amplo por um viés mais complexo e profundo. A interdisciplinaridade como teoria metodológica surge na segunda metade do século XX em contraposição a fragmentação do conhecimento em diversos ramos específicos que obedecia a tendência científica e hegemônica predominante: o positivismo.

As correntes científicas e filosóficas do século XIX que defendem a divisão do objeto de estudo para estudá-lo de forma específica, deu origem a um sistema de estudo fragmentado e hiperespecializado que se por um lado específica o conhecimento e o sujeito, por outro limita a possibilidade de conhecê-lo de forma mais ampla, consequentemente, limita a aquisição de possibilidades outras do conhecimento do sujeito.

A interdisciplinaridade aflora da percepção de que a construção de um conhecimento macro, mais abrangente advém da possibilidade de interligar

conhecimentos, contextos, ciências e assim acessar e compreender problemas, questionamentos, conhecimentos com uma visão e consciência mais amplificadas.

Considerando esse contexto histórico sobre a interdisciplinaridade Thiesen (2008, p.547) afirma que:

[...] a interdisciplinaridade será sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normatizadora (seja no ensino ou na pesquisa) dos diversos objetos de estudo. [...] a interdisciplinaridade está sempre situada no campo onde se pensa a possibilidade de superar a fragmentação das ciências e dos conhecimentos produzidos por elas e onde simultaneamente se exprime a resistência um saber parcelado.

Aqui no Brasil os resultados sobre interdisciplinaridade surgem em meados de 1960 e 1970 tendo como percussores Hilton Japiassu e Ivani Fazenda, seus estudos têm forte influência nas práticas pedagógicas contemporâneas, bem como nos instrumentos legais que regem a educação brasileira.

Vale destacar que a interdisciplinaridade na educação brasileira está presente na legislação desde a Lei nº 5.692/1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9394/1996 a qual deu origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a qual, por sua vez, orienta que os conteúdos sejam abordados de modo interdisciplinar. Com a construção da Base Comum Curricular (BNCC) em 2018 a interdisciplinaridade se mantém contemplada nos quadros de conteúdos de objetivos de aprendizagem, segundo Brito, Nascimento e Damacena (2024).

Diante de um mundo cada vez mais conectado e globalizado, negar a relevância da interdisciplinaridade no contexto da educação contemporânea significa retroceder para o século XIX, algo inimaginável ante a um contexto tão evoluído no qual a sociedade vigente se encontra, sobretudo, com o advento da evolução das tecnologias de comunicação tão avançadas e o desenvolvimento da inteligência artificial acessível.

Assim a interdisciplinaridade se faz relevante como abordagem pedagógica porque visa ampliar a aprendizagem do discente através da dialogicidade, interatividade, interconectividade e contextualização auxiliando desta forma, a construção de sujeitos mais ativos, criativos, críticos, com uma visão mais ampla e conectada do mundo, capazes de trabalhar coletivamente, de se comunicar e buscar a resolução de problemas.

Em outras palavras, a interdisciplinaridade agrupa, conecta conhecimentos se contrapõe ao conhecimento limitado, desconexo, fragmentado, insuficiente, a Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 6, n.1, p. 1-23, 2025.
<https://doi.org/10.18227/2675-3294repiv6i1.8835>.

um pensamento inflexível, unilateral. Mais do que um conceito, a interdisciplinaridade se revela como um movimento contemporâneo, necessário, como prática, uma ação que quebra o paradigma cristalizado da fragmentação disciplinar e nesse contexto concordamos com Fazenda (2008b, p. 20) quando afirma que a interdisciplinaridade é possibilidade de:

Atitude diante das alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca , que impele o diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do propria saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitudes, pois de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, enfim de vida.

Desse modo, mais do que conectar disciplinas, a interdisciplinaridade é uma atitude de liberdade para enxergar uma dimensão mais ampla do conhecimento que se apresenta em um contexto, conectado com outros conhecimentos e não isolado, subdividido.

A interdisciplinaridade também permite considerar as múltiplas dimensões da diversidade e promover a construção de igualdade, inclusão e oportunidade para todos. Nessa mesma linha de pensamento, Silva, Cordeiro e Rocha (2017, p.146) corroboram que: “[...] no contexto atual é necessário que o saber educativo aconteça no sentido de possibilitar acesso aos valores e princípios necessários as práticas sociais educativas”.

Desde a década de 90, os Parâmetros Curriculares Nacionais já traziam em suas diretrizes o trabalho com temas transversais, não como novas áreas a serem trabalhadas, mas como temas transversalizados (interdisciplinarizados) permeando a concepção de diferentes áreas, objetivos e conteúdos. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade já estava autorizada a trabalhar temas sociais como diversidade e inclusão, por exemplo, interligando através de projetos diversos conhecimentos que auxiliassem na compreensão de temas como: pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar, a fim de promover a inclusão, o respeito para construção e exercício de uma cidadania plena.

Jesus, Guerra e Pereira (2024, p. 09) constatam que:

As práticas interdisciplinares são fundamentais para promover a inclusão e a diversidade, pois permitem a integração de diferentes áreas do conhecimento e a colaboração de profissionais de diversas áreas, unindo esforços e conhecimento para criar estratégias mais eficazes e abrangentes que atendam as necessidades de todos os indivíduos. Neste contexto, é essencial considerar as particularidades de cada indivíduo e grupo, levando em conta suas características físicas, emocionais, sociais e culturais.

Compreendendo que a interdisciplinaridade é mais que um conceito, é uma questão de atitude, compreendemos que para além da conexão entre disciplinas, a interdisciplinaridade realiza interações, dialogismo entre as pessoas, novas perspectivas de si enxergar e enxergar ao outro.

Nesse sentido, percebemos que a educação especial pode e deve se apropriar da interdisciplinaridade para além de conectar e acessar uma visão de conhecimento mais amplo para os discentes, conectar, incluir todos os atores que atuam e vivenciam o contexto escolar: alunos com deficiência, alunos sem deficiência, professores, pais, enfim toda a comunidade escolar.

No próximo item aprofundaremos a discussão sobre educação especial, os desafios da inclusão democrática e a interdisciplinaridade como instrumento de inclusão no ambiente escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Educação Especial e seus desafios: um breve histórico ao logo do tempo

Atuação da Educação Especial foi importante na história das pessoas com deficiência, foi a partir dela, que os sujeitos com Necessidades Especiais passaram a ser vistos como cidadãos e conquistarem direitos por serem capazes de conviver e desenvolver suas potencialidades na sociedade. Ao discutirmos sobre as pessoas com deficiência e suas possibilidades de aprendizagem, faz-se necessário voltarmos o nosso olhar para a história, a fim de vermos como essas pessoas foram tratadas ao longo do tempo. Nesse sentido, em nossa cultura, em alguns momentos, esses sujeitos foram tratados como “defeituosos”, doentes, necessitados de cuidado e proteção.

Na idade Antiga, podemos encontrar várias formas de considerar as pessoas com algum tipo de deficiência. Por exemplo, em Esparta, povo de grandes

Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 6, n.1, p. 1-23, 2025.
<https://doi.org/10.18227/2675-3294repiv6i1.8835>

exércitos, havia um conselho de anciões que examinava as crianças logo após o nascimento, para ver suas características físicas. Se não possuíssem as qualidades desejadas para ser um bom guerreiro, o bebê era jogado do alto das montanhas. Em outras sociedades, caso isso acontecesse, os pais podiam jogar seus filhos às feras (Garcia; Beaton, 2004).

Na Idade Média, ocorreu um momento significativo que visava proporcionar alojamento, proteção e cuidado às pessoas com deficiência. No entanto, essas pessoas eram consideradas possuidoras de espíritos malignos. “Em hospitais e conventos agrupavam-se todas as pessoas com deficiências mentais, criminosos e outros tipos de problemas sociais; o que oferecia às instituições características alienantes e desumanas” (Garcia; Beaton, 2004, p. 18). Já no século XVI, período denominado de início das transformações, o espanhol Pedro Ponce de Leon decidiu ensinar um grupo de surdos e conseguiu que eles falassem e aprendessem a ler e escrever. E assim, Juan Bonet e o abade de L. Epée deram continuidade ao trabalho de Pedro Ponce de Leon, criando, em Paris, em 1760, a primeira escola do mundo para atender aos surdos.

Em 1784, sob a influência do abade de L. Epée, Valentim Huay criou uma instituição para cegos, em Paris. Ele utilizava um método primitivo de ensino, priorizando o tato para manipular letras do alfabeto moldadas em madeira. Um dos alunos dessa instituição, chamado Luis Braille, inventou o alfabeto atual para pessoas cegas, o qual recebeu o seu nome. Com todas essas conquistas, as pessoas com necessidades especiais tornaram-se menos “defeituosas”, amenizando as questões biológicas, pois, a educação social e os mecanismos criados pelo ser humano vão diminuindo seus efeitos. A partir desse momento, essas pessoas passaram a ser vistas como capazes de aprender. Ressaltamos que tudo isso teve como base a Revolução Francesa, que apregoava os direitos do homem e as condições de igualdade, liberdade e fraternidade, beneficiando a todos com tais preceitos, principalmente as pessoas com deficiência.

Outro fato bem significativo, no que se refere ao tratamento diferenciado para com esses indivíduos, foi a aparição no bosque de Aveyron, na França, em 1978, de um rapaz de doze anos em média, que agia semelhantemente aos animais. Jean GaspardItard assumiu educar a criança selvagem de Aveyron, pois, para ele, o menino agia daquela maneira devido não ter tido estimulação. Por isso, elaborou

um programa didático para ensiná-lo. Ele conseguiu bons resultados, apesar de não conseguir fazê-lo falar. Resultados semelhantes ocorreram com as meninas Amala e Kamala, na Índia (Garcia; Beaton, 2004).

Diante do exposto, fica patente que a tarefa pedagógica era de suma relevância para o desenvolvimento efetivo dessas pessoas, embora Itard tenha se preocupado mais com o desenvolvimento sensorial dessas crianças. Sobre isso, os autores referenciados citam Vygotsky, o qual argumenta que o ensino das crianças com necessidades especiais deve fundamentar-se na apropriação dos instrumentos abstratos.

E assim, durante todo o século XIX, foi-se compreendendo que essas pessoas careciam de atendimento especializado para ter acesso à educação. Por isso, criaram-se centros especializados, mesmo que distantes da cidade e do convívio social. Nesses locais, eram atendidas, simultaneamente, pessoas com diversas enfermidades e deficiências, prática que poderia dificultar o desenvolvimento individual e coletivo do grupo assistido.

Como se pode ver, os séculos XVIII e XIX foram de muitas conquistas em relação à atenção às pessoas com deficiência. No campo da Pedagogia, perceberam-se abordagens importantes sobre a necessidade de contar com um processo de ensino que pudesse desenvolver a capacidade do indivíduo, preparando-o para a vida. Discutiu-se sobre a educação para todos, o papel do professor, o desenvolvimento sensorial e motor, entre outros, tendo como arcabouço teórico as ideias de J. A. Comenius, J. Rousseau, G. H. Pestalozzi e F. Froebel. Acredita-se que estes dois últimos, juntamente com Decroly e Montessori, fizeram nascer a Educação Especial e sua didática.

A escolarização massiva do século XIX mostra alterações não apenas no desenvolvimento, mas em vários outros aspectos de origem biológica, social, incluindo ainda as deficiências na educação e no trabalho pedagógico, na família e na escola, que produzem nos alunos características que os impedem de cumprir com as exigências dessa instituição. Garcia e Beaton (2004, p.26) salientam:

A possibilidade de avaliar a inteligência e a vontade de oferecer educação especial permitiram a criação de escolas de educação especial, entretanto, sem dúvida, até nossos dias, pode-se afirmar que nenhum país conseguiu oferecer atenção a todas as crianças ou escolares que requerem essa atenção especial, dado que o processo de aprendizagem

frente à diversidade desses alunos, em maior ou menor grau, exige um conjunto de recursos e meios que tornam a atenção especial muito cara, aumentando, consideravelmente o alto custo de uma educação para todos em um mundo que enfrenta problemas graves relacionados com a distribuição da renda produzida, evidenciando-se o acúmulo de capital para poucos.

Nesse sentido, no final do século XX, foram realizadas avaliações críticas bem consistentes em relação às escolas especiais, defendendo em seu lugar a “integração escolar”, em que o aluno com necessidades especiais pudesse estudar integrado aos demais alunos nas escolas comuns. Um fato de destaque, que ocorreu neste século, foi a iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1966, de criar o Programa de Educação Especial no Setor de Educação que visava respeito e ações educativas para com estas minorias. Assim, considerou-se que cabia ao Ministério da Educação a função de dirigir e administrar a seção de Educação Especial. Desse modo, passou a ser um imperativo incluir as crianças com Necessidades Especiais, de modo que todos tenham o direito à educação adequada às necessidades de cada um.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi um documento internacional que estabeleceu direitos para todos, independente de classe social, raça, ou faixa etária. Em março de 1990, o Brasil fez parte da Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien, na Tailândia. Com essa declaração, se reafirma que a educação é um direito fundamental de todas as pessoas, sem distinção.

A Declaração de Salamanca, ocorrida em 1994, na cidade de Salamanca, Espanha é um documento que tem por finalidade chamar a atenção dos países para a necessidade de políticas públicas e educacionais para atender a todos de maneira igualitária. Em seguida, em 1999, a Convenção da Guatemala firmou a eliminação de todas as maneiras de discriminação em relação às pessoas com deficiência. Enquanto isso, em nível nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assumiu os mesmos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assegurando o direito de todos serem livres. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem garantir às crianças e adolescentes de até 18 anos uma educação de qualidade.

Em 20 de dezembro de 1996, surge a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que, em seu capítulo V, trata

especificamente da Educação Especial, sendo uma modalidade de educação escolar. Foi a partir daí que a rede regular de ensino começou a matricular estes alunos de forma obrigatória. O Plano Nacional de Educação (PNE), 2014 a 2024, instituído pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, é um instrumento de planejamento que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas. Em sua meta 4, o PNE demanda não apenas modificações na estrutura física das escolas, mas também mudanças paradigmáticas do ensino. Além de garantir os direitos de crianças e adolescentes com necessidades especiais, a efetivação da meta 4 pode ajudar no desenvolvimento holístico de todos os alunos e na construção de uma escola mais inclusiva e de uma sociedade mais tolerante frente à diversidade. No tópico seguinte, atuação da Lei Brasileira de Inclusão – LBI na Educação Especial na perspectiva inclusiva.

3.2 A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015: a garantia de direitos para as pessoas com deficiência

Durante o percurso de vida da pessoa com deficiência, no início desse século até os dias atuais, percebemos modificações com objetivo de readaptação das pessoas com deficiência na sociedade. Como foi mencionado no tópico anterior, as pessoas que tinham algum tipo de deficiência, não eram bem assistidas na sociedade. Por vezes eram mantidos, por seus familiares, distantes da interação com o meio social. As pessoas com deficiência, eram resguardadas pela família, de possíveis demonstrações de preconceito por parte das pessoas. Brandenburg e Lückmeier (2013, p. 176), em seu artigo, demostram uma realidade do que era comum, diante de como eram vistas e tratadas as pessoas que tinham alguma deficiência.

[...] As informações mais antigas sobre pessoas com alguma deficiência que se tem conhecimento aconteceram na idade média. Neste período aconteceram muitas matanças, perseguições e horrores com pessoas que nasciam com alguma deficiência. Nesta época na Grécia Antiga as pessoas idealizavam o corpo perfeito de um homem e de uma mulher, como perfeitos, saudáveis e fortes, igualando-se ao corpo de deusas e deuses, assim como também a de guerreiros. Hoje quando falamos sobre inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, ainda vem a ideia de castigo ou de consequência de algo errado, pois essas informações são atribuídas à Bíblia por muitas pessoas.

É evidente que com o passar do tempo, novas formas de garantias de direito

de pessoas com deficiência se adequaram a uma realidade e época. No Brasil a Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/15 -(Estatuto da Pessoa com Deficiência),surge como expressão significativa na garantia das pessoas com deficiência. É essencial o estudo desta Lei para pessoas com deficiências, frente a uma sociedade com pouco esclarecimento sobre a causa da inclusão. A definição legal do termo deficiência está contida no artigo 2º da Lei, que dispõe:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que te impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

A constatação da deficiência deve ocorrer por meio de uma equipe multidisciplinar que levará em consideração as funções e estruturas do corpo, aspectos psicológicos, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação de pessoa (Brasil, 2015).A Lei Brasileira de Inclusão é uma forma de proteção de seus direitos, um chão para pisar com mais solidez e um caminho para percorrer. Para demonstrar a relevância da Lei Brasileira de Inclusão - LBI, vejamos o que diz esse recorte:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico(Brasil, 2015).

Diante do artigo oitavo, ao contemplar um recorte da lei, percebemos como as pessoas com deficiência são amparados perante a lei. Percebe-se que a evolução ocorreu mesmo que a passos lentos. O exemplo disso são as regras para atendimento prioritário para pessoas com deficiência, é perceptível avanços, se compararmos com a primeira referência a inclusão na Constituição de 1988.

Nesse primeiro momento, a constituição descrevia alguns deveres básicos do Estado, como oferecer transporte acessível, uma educação especializada no

ensino regular e garantir a proteção e bem-estar das pessoas com deficiência. Outro avanço do Estatuto da pessoa com Deficiência foi alterar outras leis, como a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e o Código eleitoral, com objetivo de deixá-las em concordância com a Convenção Internacional da ONU.

A realidade do Brasil nos anos 1980 e 1990 estava engatinhando e só veria e demostrar sinais de melhora nos anos 2000. No artigo intitulado; “A Educação Especial no Brasil – da Exclusão à Inclusão Escolar” de Mantoan(2011, p. 6), a autora expõe a realidade do Brasil na década de 1960 até a atual realidade do país:

A evolução dos serviços de educação especial caminhou de uma fase inicial, eminentemente assistencial, visando apenas ao bem-estar da pessoa com deficiência para uma segunda, em que foram priorizados os aspectos médico e psicológico. Em seguida, chegou às instituições de educação escolar e, depois, à integração da educação especial no sistema geral de ensino. Hoje, finalmente, choca-se com a proposta de inclusão total e incondicional desses alunos nas salas de aula do ensino regular.

É essencial entender como se processou a história da inclusão, antes da atual legislação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.143/15. Compreender a realidade de trinta anos atrás pode estabelecer parâmetros que devem ser levados em conta para que entendamos o nosso presente, e maneira a contextualizar a realidade das pessoas com deficiência. Na LBI é importante, afirmar sobre a igualdade de direito, ponto entre outros, determinante na inclusão de pessoas com deficiência:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (Brasil, 2015).

Nesse trecho da LBI, percebe-se não só a afirmação dos direitos das pessoas como deficiente referente a liberdade, mas também demonstra que essa liberdade precisa ser garantida por adaptações, para que ocorre a garantia de direito a essa autonomia. A Lei Brasileira de Inclusão no âmbito local é bem discutida, em órgãos como Ordens de Advogados do Brasil – OAB, Instituto Federal – IF, Universidades Estaduais e Federais entre outros de todo o país. No trecho a seguir, a disposição

da atuação da LBI na defesa dos interesses das pessoas com deficiência:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania(Brasil, 2015).

E ainda na citação da Lei Brasileira de Inclusão - LBI continua a explanação dos direitos garantidos e não permitirá nenhum tipo de desigualdade dos indivíduos perante a lei:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas(Brasil, 2015).

A garantia da Lei Brasileira de Inclusão – LBI, no Art. 4º citado acima, mostra de maneira clara, os direitos das pessoas com deficiência em relação a igualdade perante a sociedade. A lei rege a proposta de representar crime qualquer forma de discriminação com as pessoas que tem deficiência. Segundo a LBI, em qualquer espaço onde estiver ou frequentar uma pessoa com deficiência está passível a liberdade de ir e vir, em qualquer ambiente, sem que sofra qualquer tipo de violação de seus direitos garantidos por lei.

Durante os anos de 1980 a 1890 houve de fato, uma iniciação da luta pela inclusão, garantida pela constituição e no decorrer das últimas décadas a luta avançou e conquistou mais direitos através da Lei Brasileira de Inclusão (LBI). No transcorrer desses anos, a luta pela igualdade das pessoas com deficiência perante a sociedade, tornou-se intensa, não só para criar condições e leis de inclusão, mas também formas de garantir que essas leis se efetivem. Muitas famílias, em um passado recente, lutaram para garantir esses direitos iguais. Mantoan (2011, p. 5) corrobora que: “(...)houve e ainda há um movimento levantado pelos pais das pessoas com deficiência, ao buscar parceria com a sociedade civil e o governo, pelos poderes públicos municipais estaduais e na esfera federal”. Esse fato tem que

ser ressaltado, pois esse movimento de pais foi responsável por criar mais de mil Associação de Amigos e Pais de Excepcionais (APAE).

A concretização das leis que fortaleceram a luta das pessoas com deficiência, são, de fato, uma nova esperança para que dias melhores estejam por vir. Nossa passado recente está repleto de lutas em relação a inclusão social que ainda não cessaram e não podem acabar. A falta de conhecimento por parte da sociedade, no quesito inclusão, por falta de discussão mais ampla no meio social, torna mais distante uma realidade mais acessível para todos os que compõe o todo social. As pessoas com deficiências existem, precisam ser enxergadas para além do sentido literal da palavra, para serem vistas, compreendidas e interpretadas. Pessoas com deficiência são e estão, ocupam lugar no espaço/tempo e têm sua significância perante a vida e diante da sociedade. A necessidade de proteção legal das pessoas com deficiência, que considera essencial para uma sociedade justa e digna é dever do Estado assegurar os direitos, que muitas vezes não são garantidos para as pessoas que necessitam de tratamento especial, principalmente para as pessoas que possuem alguma deficiência.

Mesmo com a existência da lei, é necessária, uma ampla discussão sobre a inclusão na e com a sociedade, já no âmbito escolar é preciso pensar novas estratégias de se fazer uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos. O próximo tópico trás essa reflexão.

3.3 Campanhas de conscientização: uma proposta interdisciplinar para educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Antes de apresentar a proposta interdisciplinar para educação especial (de imediato adiantamos que a proposta *a priori* não se trata de um modelo cartesiano, inflexível, mas de uma sugestão, uma fonte de inspiração para práticas pedagógicas interdisciplinares envolvendo a educação especial que podem surgir) se faz relevante abordar algumas reflexões sobre os desafios que a interdisciplinaridade ainda enfrenta no contexto escolar. Mantoan (2003, p.12) apresenta uma contradição pertinente na educação contemporânea brasileira:

O ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações.

Contrariamente, o conhecimento evolui por recomposição, contextualização e integração de saberes em rede de entendimento. O conhecimento não reduz o complexo ao simples, para aumentar a capacidade de reconhecer o caráter multidimensional dos problemas e de suas soluções.

Há anos as leis que regem a educação brasileira vêm estimulando uma prática pedagógica interdisciplinar, porém o modelo curricular da maioria das escolas brasileiras, as práticas pedagógicas e o próprio pensamento docente não transcendem a visão fragmentada das disciplinas. Em consonância com essa constatação de Matoan, Thiesen (2008, p. 550) elenca alguns motivos que limitam a incipiente de experiências interdisciplinares no contexto escolar:

[...] o modelo disciplinar e desconectado de formação presente nas universidades, lembrar da forma fragmentária como estão estruturados os currículos escolares, [...] a resistência dos educadores quando questionados sobre os limites, a importância e a relevância de sua disciplina e, finalmente, as exigências de alguns setores da sociedade que insistem num saber cada vez mais utilitário.

A integração curricular por parte das instituições de ensino e a formação de professores com discernimento sobre práticas interdisciplinares são apontadas por Jesus, Guerra e Pereira (2024) como dificuldades a serem superadas no contexto escolar.

A implementação da interdisciplinaridade efetiva no contexto escolar se faz complexa porque requer uma transformação profunda e eficaz na organização curricular, na formação de professores e na aplicação didática, isso implica numa ruptura de acomodações de muitos paradigmas ao passo que coloca todos os envolvidos numa postura constante de atividade, movimento, criatividade e pesquisa. O desconforto de posturas da desacomodação é sempre difícil, mas não impossível. Segundo esse viés lógico Trindade (2008, p.82) corrobora que:

A prática interdisciplinar pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano tarefeiro escolar. O professor interdisciplinar percorre regiões flexíveis onde o “eu” convive com o “outro” sem abrir mão de suas características, possibilitando a interdependência, o compartilhamento, o encontro, o diálogo e as transformações. Esse é o movimento da

interdisciplinaridade caracterizada por atitudes ante o conhecimento.

Apesar dos desafios, a abordagem interdisciplinar traz em seu cerne o desejo da superação, seja da fragmentação do conhecimento, seja da acomodação dos sistemas como um todo e uma forma eficiente de trabalhar verdadeiramente a interdisciplinaridade é através da construção coletiva de projetos como já orientavam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) desde 1997 com a inclusão dos temas transversais e como orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018 com a inserção de trilhas de aprendizagem e projeto de vida. Jesus, Guerra e Pereira (2024, p.07) defendem que:

Umas das maneiras de aplicar a interdisciplinaridade nas aulas é por meio da elaboração de projetos que envolvam mais de uma disciplina. Os professores podem trabalhar em conjuntopara criar atividades que integrem conteúdos de diferentes áreas, permitindo que os alunos façam conexões entre os conhecimentos adquiridos em cada disciplina.

Nesse sentido, a implementação, a construção e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares nas instituições de ensino têm como peça relevante o docente, pois será a partir de sua formação, postura, atitude e disponibilidade para construir conexões, não só com os conhecimentos que já domina, mas com outros que estar por conhecer em parcerias com seus pares e discentes que a interdisciplinaridade se efetiva.

Fazenda (1979) defende que a atitude interdisciplinar parte do compromisso profissional do educador, no desenvolvimento e envolvimento com projetos de trabalho, na busca de aprofundar seus conhecimentos na posição ética das questões e dos problemas que envolvem conhecimento.

Ainda em consonância com essa linha de pensamento Thiesen (2008, p.551 e 552) afirma que:

[...] o professor precisa tornar-se um profissional com visão integrada da realidade, compreender que um entendimento mais profundo de sua área de formação não é suficiente para dar conta de todo o processo de ensino. Ele precisa apropriar-se também das múltiplas relações conceituais que sua área de formação estabelece com outras ciências. [...] ao educador caberá o papel de reconstituirlo dialeticamente na relação com seus alunos por meio de métodos e processos verdadeiramente produtivos.

O professor se torna agente fundamental porque dele depende a primeira atitude de transformação, como mediador do conhecimento, cabe a ele estabelecer parcerias com outras ciências, criar projetos interdisciplinares, mediar interligando, estimular os discentes a pesquisarem e a pensarem de forma mais ampla, interligada, globalizante.

A educação especial como uma modalidade de ensino emergente e necessária no contexto contemporâneo escolar deve ser integrada às práticas pedagógicas de todas as disciplinas e em todas as etapas da educação. Porém nem sempre essa integração ocorre com satisfação pelos desafios já apresentados neste trabalho.

Considerando também a escassez de formação docente para a implementação da interdisciplinaridade, pensamos em contribuir com a inclusão e diversidade no ambiente escolar através de uma proposta interdisciplinar envolvendo a modalidade de educação especial e cinco componentes curriculares, tais como: Língua Portuguesa, História, Arte, Matemática e Ciências.

Nossa proposta é trabalhar as campanhas do mês de setembro: setembro amarelo, setembro azul, setembro verde, setembro dourado, setembro roxo e setembro vermelho com a educação especial e os cinco componentes curriculares já mencionados. É válido neste momento destacar o objetivo de cada campanha. Assim, o setembro amarelo visa combater o suicídio, a campanha setembro amarelo passou a ser divulgada desde 2015. O setembro azul visa promover a visibilidade e os direitos da comunidade surda, a campanha lembra as lutas e conquistas da comunidade surda no Brasil e no mundo.

Já o setembro verde tem dois objetivos, um é incentivar a doação de órgãos e outro é discutir a importância da inclusão de pessoas com deficiência. O setembro dourado é um movimento global que visa conscientizar a população sobre o câncer infanto-juvenil, enquanto que o setembro roxo objetiva conscientizar sobre a fibrose cística, uma doença genética crônica que afeta principalmente os pulmões, o pâncreas e o sistema digestivo. Por fim, o setembro vermelho tem como objetivo conscientizar sobre a importância de cuidar do coração e de prevenir doenças cardiovasculares.

Compreendido os objetivos das campanhas, a ideia é que cada componente curricular já destacado fique responsável por abordar durante o mês de setembro uma das campanhas em suas aulas em consonância com os docentes que trabalham com a modalidade de educação especial.

Assim, como sugestão, Língua Portuguesa poderia trabalhar o setembro amarelo, História trabalharia a campanha do setembro azul, Arte trabalharia o setembro verde, Matemática trabalharia com a campanha de setembro vermelho e Ciências poderia trabalhar o setembro dourado e roxo do ponto de vista biológico.

Abaixo apresentamos de forma didática a idealização do nosso projeto interdisciplinar capaz de envolver a educação especial, os cinco componentes curriculares supracitados e as campanhas do mês de setembro como proposta de educação inclusiva.

Quadro 1: Projeto Interdisciplinar para educação especial

Nível: Fundamental II	Turma: 6º ao 9º ano	Duração: 1 mês
Tema: Interdisciplinaridade com as campanhas de conscientização do mês de setembro		
Áreas do Conhecimento: Linguagens, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza		Componentes Curriculares: Língua Portuguesa, História, Arte, Matemática e Ciências.
Unidades Temáticas:		Objetos de Conhecimento:
Pesquisa sobre as campanhas de conscientização do mês de setembro; Argumentação oral; Produção Textual; Dinâmicas de Inclusão; Porcentagem.		Formação de pesquisador; Domínio da oralidade em público; Escrita autônoma e compartilhada; Construção coletiva de valores com empatia; A utilização consciente do uso da porcentagem;
Objetivos: Promover a visibilidade e os direitos da comunidade surda através de filmes e produção de relatos pessoais: histórias da vida real; Refletir sobre possibilidades de prevenção ao suicídio através do gênero textual debate e análise argumentativa; Conscientizar os discentes sobre o Câncer Juvenil, e a Fibrose Cística do ponto de vista biológico. Despertar a empatia para a inclusão de pessoas com deficiência através de dinâmicas experimentais, no ambiente escolar; Estimular os discentes através da aprendizagem de cálculos estatísticos a buscar a prevenção contra doenças cardiovasculares.		
Desenvolvimento:		
Componente Curricular: Língua Portuguesa (Campanha Setembro Amarelo)		

02 aulas – Expor a campanha setembro amarelo para as turmas e apresentar a proposta de debate.

02 aulas – Dividir as turmas em dois grandes grupos. Um pesquisará sobre ansiedade, o outro sobre depressão, seus sintomas, causas, consequências e tratamento.

02 aulas – Organizar os argumentos para o debate, o tempo de exposição dos componentes e possíveis questionamentos.

02 aulas – Debater sobre a ansiedade e a depressão entre os dois grandes grupos. O debate tem como objetivo principal induzir os estudantes a pensarem formas de combate ao suicídio.

Componente Curricular: História (Campanha Setembro Azul)

02 aulas – Assistir ao filme: “O som do silêncio”.

02 aulas – Discutir sobre o enredo do filme, o processo de aceitação da surdez, autoconhecimento, além de trabalhar vídeos que apresentam as lutas e conquistas da comunidade surda no Brasil e no mundo.

02 aulas – Produção de relatos pessoais em que os estudantes contêm experiências vividas por eles com pessoas com deficiência.

02 aulas – Compartilhamento dos relatos pessoais produzidos, a fim de gerar uma reflexão coletiva sobre inclusão de pessoas com deficiência.

Componente Curricular: Arte (Campanha Setembro Verde)

01 aulas – Apresentar a campanha setembro verde que trata da inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, através de um curta-metragem permitindo a discussão coletiva com os estudantes.

01 aulas – Organizar uma dinâmica em que cada dupla de estudantes exercerá o seguinte papel: um estará vendado e o outro será o guia. O objetivo é percorrer as dependências da escola e ao final elencarem os pontos positivos à acessibilidade e os pontos negativos para pessoas com deficiência visual.

01 aulas – Organizar uma dinâmica em que cada dupla de estudantes exercerá o seguinte papel: um será o cadeirante e o outro será o auxiliar quando necessário. O objetivo é percorrer as dependências da escola e ao final elencarem os pontos positivos à acessibilidade e os pontos negativos para pessoas cadeirantes.

01 aulas – Apresentar os pontos positivos que a escola possui para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual e física e os pontos negativos elencados pelas duplas que participaram das dinâmicas e apresentarem sugestões para uma escola mais inclusiva.

Componente Curricular: Ciências (Campanha Setembro Dourado e Roxo)

02 aulas – Apresentar a campanha setembro dourado e setembro roxo para as turmas e apresentar uma proposta de pesquisa e seminário para os estudantes envolvendo as duas campanhas.

02 aulas – Dividir as turmas em quatro grupos, o primeiro grupo pesquisaria sobre o Câncer Infanto-juvenil do ponto de vista biológico. Os estudantes pesquisariam sobre como esse câncer afeta o corpo humano, sintomas e tratamento. O segundo grupo pesquisaria sobre a Fibrose Cística, a atuação biológica dessa doença no corpo humano, seus sintomas e tratamento. E os dois últimos grupos teriam que criar campanhas virtuais sobre o setembro dourado e setembro roxo.

02 aulas – Apresentação dos seminários.

02 aulas – Exposição das campanhas virtuais nas redes sociais.

Componente Curricular: Matemática (Campanha Setembro Vermelho)

02 aulas - Apresentar as turmas a campanha setembro vermelho, campanha de prevenção as doenças cardiovasculares, na ocasião os estudantes serão instigados a pesquisar dados sobre:

Percentual de doenças cardiovasculares mais comuns;

Percentual de morte cardíaca por ano no Brasil;

Percentual de morte cardíaca por ano no mundo; Ranking de países que possuem os maiores índices de morte por problemas de saúde cardiovasculares;

Percentual de doenças cardiovasculares entre homens e mulheres;

Tendência de idade média de acidentes cardiovasculares;

Ações preventivas contra doenças cardiovasculares.

02 aulas - Discutir sobre as estatísticas apresentadas e trabalhar o desenvolvimento de cálculos de porcentagem.

02 aulas - Elaborar uma pesquisa junto com os estudantes dos 9º anos sobre ações preventivas contra doenças cardiovasculares que deve ser aplicadas em todas as turmas da escola e após a coleta de dados os números devem ser transformados em porcentagens pelos alunos pesquisadores.

02 aulas - Apresentação da pesquisa realizada pela turma e os percentuais. A pesquisa será apresentada na culminância do projeto.

Produto Final:

Palestra sobre a relevância da inclusão com professoras da educação especial da 12ª DIREC e exposição de fotos e vídeos do projeto interdisciplinar realizado na instituição escolar.

Recursos:

Data show, som, computador, tecido, cabos de madeiras, cadeiras de rodas, papel-cartão, canetas, postites coloridos e cola.

Avaliação:

Observação e registro das interações do desenvolvimento das atividades durante as aulas e análise das produções e apresentações coletivas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Para finalizar, é relevante reafirmar que a proposta acima apresentada, não tem como propósito entregar uma receita para ser seguida à risca, mas sim, contribuir para instigar atitudes como defende Ivani Fazenda (1979) que entrelacem conhecimento, que traga a reflexão de que uma educação inclusiva e democrática é possível por meio da interdisciplinaridade. Nossa proposta é acima de tudo um convite a experimentar o novo (metodologicamente) e o amplo (conhecimento), afastando-se do ensino cartesiano inflexível e encorajando a sair da zona de conforto para uma didática mais satisfatória.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado sabe-se que a educação inclusiva é extremamente necessária, sobretudo na conjuntura atual que através da ciência tem compreendido e esclarecido para a sociedade cada vez mais as necessidades especiais de indivíduos com deficiência, por outro lado, grandes são os desafios que a modalidade de educação especial enfrenta para implementar a educação verdadeiramente inclusiva.

Com o resultado do levantamento bibliográfico, a pesquisa apresentou uma proposta do projeto interdisciplinar para modalidade de educação especial, não com o intuito de apresentar uma receita pronta e acabada, mas como fonte de inspiração e com o anseio de contribuir com práticas didáticas para educação especial a partir de uma perspectiva interdisciplinar e significativa para os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem em um contexto de inclusão. Assim, a proposta envolveu os componentes curriculares de Língua Portuguesa, História, Arte, Matemática e Ciência e as diversas campanhas de conscientização do mês de setembro.

O intuito é suscitar a reflexão de que projetos interdisciplinares e inclusivos, que tratem de temas que envolvem a diversidade que incluem a todos (alunos sem deficiência e com deficiências entre outros grupos) são possíveis de serem realizados ativa e efetivamente no ambiente escolar, seja público ou privado.

Por fim, compreendemos que partilhar práticas didáticas inclusivas se faz relevantes a partir de uma abordagem interdisciplinar que potencialize e contribua com a inclusão e a diversidade que se põe cada vez mais presente na atual conjuntura de uma educação de qualidade e democrática. .

5. REFERÊNCIAS

BRANDENBURG, L. E. LÜCKMEIER, C. **A História da Inclusão X Exclusão Social na perspectiva da Educação Inclusiva.** Anais do Congresso Estadual de Teologia. São Leopoldo: EST, v. 1, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 janeiro de 2025.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. MEC/SEF, novembro. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 06janeiro de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível: <https://www2.senado.leg.br/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRITO, A.R. S; LOPES, R.C. S; NASCIMENTO, G. S. F; DAMASCENA, A.K. Interdisciplinaridade e BNCC: limites e perspectivas. **Revista FT**.v.29, p. 01-12. 2024.

FAZENDA, I.C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro:** efetividade ou ideologia. São Paulo: Loyola, 1979.

FAZENDA, I.C. A. **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008a.

FAZENDA, I.C. A. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa. 15ed. Campinas, SP: Papirus, 2008b.

GARCIA, Maria Teresa; BEATON, Guillerme Arias. **Necessidades educativas Especiais:** desde o enfoque histórico – cultural. São Paulo: Linear B, 2004.

JESUS, E. A; GUERRA, A. L. R; PEREIRA, A. R. G.A interdisciplinaridade como estratégia para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. **Revista InternationalContemporary Management**.v.05, p. 01-12. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **InclusãoEscolar:** O que é? Por quê? E como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.). O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PINTOR, N.A.M. Educação inclusiva e democrática: reflexões sobre avanços retrocessos e resistências no contexto contemporâneo no Brasil. **Revista Aleph**. v.03, p.27-44, 2022.

SILVA, E. M; CORDEIRO, F. N. F; ROCHA, S. M. Interdisciplinaridade em Projetos Sociais: pensando práticas educativas em diferentes contextos. In; SANTOS, J. M. C. T. (Org.).**Pesquisa em Ensino e Interdisciplinaridades:** aproximações com o contexto escolar. Fortaleza: EdUECE, 2017.

THIESEN, J.S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista brasileira de educação**, v.13, p.545-554, 2008.

TRINDADE, D.F. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

SOBRE OS AUTORES

Autor 1. Doutoranda em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Mestrado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialização em Leitura e Produção Textual pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, é professora de Língua Portuguesa do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN).

Autor 2. Doutorando em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, é professor de Geografia do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN).

Autor 3. Doutoranda em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Mestrado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialização em Leitura e Produção Textual pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, é professora da Educação Especial do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN).

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

DUARTE, P. R. da S. ; FERNANDES, S. de B. ; SILVA, F. D. de A. . Campanhas de conscientização projeto setembro: uma proposta interdisciplinar para educação especial. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. DOI: 10.18227/2675-3294rep.v6i1.8835.

Submetido em: 30/09/2025

Revisões requeridas em: 15/10/2025

Aprovado em: 30/10/2025